



Da opressão comum à interseccionalidade: reflexões em primeira pessoa

Diônvera Coelho da Silva¹

Livian Lino Netto²

Aline Accorssi³

RESUMO

O presente trabalho, de caráter ensaístico, objetiva refletir sobre algumas contradições dos movimentos feministas branco a partir da perspectiva teórica de intelectuais afro-latinas-americanas e afro-estadunidenses. Começamos o texto com um manifesto em primeira pessoa e reivindicamos uma pesquisa que precisa ser escrita, feita e pensada para e, realizada, com as/os próprias/os protagonistas. Para isso, abordamos dois aspectos: o primeiro, de “opressão comum” que generaliza experiências de mulheres, problematizado especialmente por bell hooks (2015). O segundo, o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989) e revisitado por Patrícia Hill Collins (2019). Concluímos que, a partir da compreensão de que não se pode pensar em uma opressão comum em relação às experiências de mulheres, o conceito de interseccionalidade se torna importante para a reflexão. Os marcadores gênero, raça, classe e sexualidade, relacionados entre si, contribuem para que exista uma luta contra essas opressões e que o feminismo negro como teoria crítica, avance em direção à libertação de todas as mulheres e, conseqüentemente, de todas as pessoas.

Palavras-chave: Educação feminista; movimento de mulheres; mulheres pretas.

¹ Bacharel em Agronomia e Mestra em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Doutoranda em educação do Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Graduada em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: diionveracoelho@gmail.com.

² Licenciada e bacharel em ciências sociais pela universidade federal de pelotas; mestra em Educação pelo instituto federal Sul-rio-grandense e doutoranda em educação pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: livianlino@gmail.com.

³ Psicóloga. Mestra em Psicologia Social e da Personalidade e Doutora em Psicologia pela PUCRS. Professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Líder do “Grupo Mariposas: minorias sociais, resistências e práticas de transformação”.

ABSTRACT: This essay, of an essayistic nature, aims to reflect on some contradictions of the white feminist movements from the theoretical perspective of Afro-Latin American and Afro-American intellectuals. We begin the text with a first-person manifesto and demand research that needs to be written, done, thought for, and carried out with the protagonists themselves. For this, we approach two aspects: the first, of “common oppression” that generalizes women's experiences, problematized especially by bell hooks (2015). The second, the concept of intersectionality, developed by Kimberlé Crenshaw (1989) and revisited by Patrícia Hill Collins (2019). We conclude that from the understanding that one cannot think of common oppression concerning the experiences of women, the concept of intersectionality becomes important for reflection. The markers of gender, race, class, and sexuality, related to each other contribute to the existence of a fight against these oppressions and for black feminism as a critical theory to advance towards the liberation of all women and, consequently, of all people.

Keywords: feminist education; women's movement; black women.

RESUMEN: El presente ensayo, tiene por objetivo establecer reflexiones acerca de algunas contradicciones de los movimientos feministas blancos según la perspectiva teórica de intelectuales afro-latinas-americanas y afro-estadunidenses. Empezamos el texto con un manifiesto escrito en primera persona y reivindicamos una investigación que aún necesita ser escrita, hecha y pensada para y realizada, con las/os propias/os protagonistas. Para tanto, abordamos dos aspectos: el primero, de “opresión común” que generaliza experiencias de mujeres, problematizado especialmente por bell hooks (2015). El segundo, el concepto de interseccionalidad, desarrollado por Kimberlé Crenshaw (1988) y revisitado por Patrícia Hill Collins (2019). Concluimos que, a partir de la comprensión de que no se puede pensar en una opresión como en relación a experiencias de mujeres, el concepto de interseccionalidad se torna importante para la reflexión. Los marcadores género, raza, clase y sexualidad, relacionados entre ellos, contribuyen para que exista una lucha contra esas opresiones y que el feminismo negro como teoría crítica, avance en dirección a la liberación de todas las mujeres y, consecuentemente, de todas las personas.

Palabras-clave: educación feminista; movimientos de mujeres; mujeres negras.

Antes da introdução: um manifesto em primeira pessoa

“Eu, mulher negra, queria poder dar uma pausa a este cansaço. Queria poder parar de falar o que eles esperam de mim. Ah, eu queria mesmo é poder falar de tantas coisas que não fossem apenas sobre estes problemas de cor, mas são privilégios que eu nunca vou ter e me envergonho daquelas/o que os tem. Eu queria que você olhasse para além da minha dor, e permitisse que eu pudesse estar distante de tudo que me afeta. Eu queria que você me deixasse sorrir quando esqueço das misérias deste mundo. Porque é tão raro eu esquecer, é raro eu deixar de pensar o quanto devo lutar, e quanto devo me tornar cada vez mais forte para estar entre elas/eles. Mas você sempre faz questão de me lembrar, de me pôr no meu lugar. De provar-me que dentro da sua cabeça eu ainda sou a mulher mula do mundo⁴ que precisa de alguém para conduzir e decidir sobre a minha própria vida. Eu queria apenas ser eu mesma e não carregar tantos estereótipos. Ser a mulher negra que sou... Ora fria, ora intensa, ora triste e feliz, inteligente e fútil. Você entende o quanto isso é importante para mim? E que eu tenho o direito de me sentir cansada disso tudo. Ressalto isso, antes que você corra me apontando como fraca, como menos ativista, e separatista “do seu movimento.” As coisas mudaram, e agora somos muitas, múltiplas, diversas. Será que você consegue parar de essencializar a minha experiência enquanto mulher negra? É preciso reconhecer que nem todas trazem histórias tristes para contar, nem todas entendem o que venho dizer e eu não entendo a todas. Nem todas estão com os cabelos volumosos e crespos para vocês as chamarem de pouco empoderadas e dizerem o que é bom para elas. Você sabe como foi e é difícil eu andar pela rua com o meu cabelo? Então, entenda. Nem todas querem tocar na ferida. E meninas pretas, saibam que está tudo bem, vocês não devem nada para ninguém. Eu desejo que vocês sejam livres, inteiramente livres para trilhar esse árduo caminho, porque vocês sabem que no final do dia a sua existência é negra.

No final do dia vocês lutaram e com todo afeto não caíram na armadilha do colonizador. No final do dia, você olhou com amor para outra mulher e a fortaleceu. Você

⁴ Termo utilizado para designar a objetificação das trabalhadoras domésticas negras, ver Patrícia Hill Collins (2019, p.138).

segurou sua neta no colo como uma rainha e persistiu nos estudos, no trabalho muitas vezes precário. No final do dia, você esqueceu que chamariam isso de feminismo. No final do dia, você olhou para si mesma e pensou como se estivesse repetindo uma cena do passado.

Você disse, “agora eu estou aqui!; E não sou eu uma mulher?” Da mesma forma como indagou Sojourne Truth (1797-1883) há mais de 150 anos atrás. Você pensou, como é maravilhoso ser uma mulher negra e poder sentir a felicidade e o amor que muitas de nós não puderam sentir outrora? Você se questionou, o porquê elas não puderam sentir? Porque suas vozes foram silenciadas e seus corpos desumanizados?” (Manifesto escrito pela primeira autora do artigo).

Introdução: é científico escrever em primeira pessoa?

Começamos este artigo com um manifesto em primeira pessoa para, então, revelar o quanto nos causa angústia e desconforto nos posicionarmos enquanto cientistas em um mundo que, simbolicamente e estruturalmente, rejeita mulheres de cor no meio universitário. Continuamos a escrever o que estamos sentindo de uma maneira informal para os “moldes” tradicionais da academia eurocêntrica e, assim, convido-as/os a entender como nós e tantas mulheres de cor produzem e encaram o conhecimento dentro e fora deste ambiente.

A intelectual negra afro-americana Patrícia Hill Collins (2019) denominaria nossa tentativa como *relação dialógica*. Falamos desde o lugar de uma mulher negra (primeira autora deste artigo) e também a partir do lugar de mulheres brancas (segunda e terceira autoras do artigo) que reconhecem suas diferenças e assumem um posicionamento crítico e antirracista em suas práticas pessoais e acadêmicas. Juntas, exercemos aqui, um lugar de escuta e escrita que promove o diálogo acerca das experiências vividas, no sentido de extinguir quaisquer perspectivas que não reconheçam as diferenças entre mulheres racializadas e não negras.

Somos pesquisadoras das relações raciais e de gênero. Pesquisadoras que se reafirmam através da oralidade, das memórias e de saberes, que até pouco tempo eram considerados pouco científicos. Sobre isso, sabe o que fazemos? Questionamo-nos!

Integramos à nossa escrita, emoção e sensibilidade, o que a intelectual chicana e feminista Gloria Anzaldúa (2000) chamou de escrita orgânica. Partindo dessa perspectiva, a/o pesquisadora/o olha para o mundo, para as pessoas que vivem nele, e para o trabalho acadêmico através da própria experiência e realidade de quem a vive. Neste sentido, a neutralidade, tão endossada pela academia branca, não sobrevive a esse tipo de pesquisa que precisa ser escrita, feita e pensada para e, sobretudo, com os próprios protagonistas de suas histórias.

A ancestralidade, que caminha com todas as mulheres de cor, nos ensina a ser pesquisadoras. O pensamento crítico nos fez e nos faz não aceitar uma única explicação ou uma história geralmente contada por quem não a viveu e negligenciou a existência das populações oprimidas. Isso nos instigou a buscar conhecimento para além daqueles que aprendemos nos cursos formais de educação. Sabemos que não estamos sozinhas. Felizmente existe uma vasta gama de conhecimento e produção epistemológica que ampara as discussões que trazemos neste artigo. Assim, reconhecemos o valor daquelas e daqueles que saíram da margem epistemológica e no centro se fizeram ouvir a fim de legitimar seus saberes, rompendo com todas as formas de colonialidade. Também concordamos com a escritora e feminista negra bell hooks (2019a) quando esta escreve sobre a existência de uma “voz de autoridade”. Tal voz permite que grupos hegemônicos tenham o poder de definir a experiência de grupos não são escutados, “dando voz a eles”, o que, na maioria das vezes, acaba por colaborar para que elas/eles não falem por si mesmas. Assim, a voz de autoridade reforça a exclusão, a colonialidade do saber, do ser, do poder, e a desigualdade de gênero.

Como contraponto, hooks (2019a) afirma a importância de “erguer a voz”, como uma forma de romper com o silenciamento imposto as oprimidas/os e colonizadas/os. Deste modo seria possível a transformação - de *objeto para sujeito*. A autora, quando escreveu o livro “*Ain’t I a Woman*”, cujo título foi inspirado no discurso de Sojourner Truth, teve a intenção de inserir as mulheres negras no centro. Neste sentido, ela afirma que:

Minha postura de colocar mulheres negras no centro não foi uma ação para excluir as outras; foi, ao contrário, um convite, um desafio para aqueles que nos ouviriam falar, para mudar paradigmas ao invés de apropriar, para fazer todos os leitores ouvirem a voz de uma mulher negra falando de um assunto, e não como uma desprivilegiada. (hooks, 2019a, p. 51).

Escrever sobre qualquer movimento de mulheres que tenha possibilitado a construção de uma teoria feminista é um grande desafio, visto que esses movimentos foram engendrados em momentos históricos específicos e por grupos sociais que disputaram e dialogaram sobre as suas demandas e concepções teóricas.

Diversas vertentes feministas, as quais não pretendemos abordar neste artigo, estão em disputa no cenário atual. Concentramos nossa análise no movimento pelos direitos das mulheres e no movimento contemporâneo de mulheres que se deu nos séculos XIX e XX nos Estados Unidos. Também abordamos o movimento de mulheres negras Brasileiras a partir da década de 1980. Identificamos, assim, as contribuições destes movimentos para a formação de “movimentos feministas” distintos, denominados neste estudo de forma simplificada de movimento feminista negro e movimento feminista branco.

Assim, nos questionamos: é possível a existência de um movimento feminista unificado ou a existência de movimentos feministas com perspectivas teóricas diferentes, mas que validam as demandas de todos os grupos de mulheres, lutando de forma conjunta para a destruição das estruturas opressivas como o capitalismo, o racismo e o sexismo? Este artigo é de caráter ensaístico, com um manifesto em primeira pessoa. Nele traçamos um paralelo entre as perspectivas teóricas de intelectuais afro-latinas-americanas e afro-estadunidenses. Abordamos, inicialmente, a ideia de “opressão comum” problematizada por bell hooks (2015) e, posteriormente, o conceito de interseccionalidade concebido por Kimberlé Crenshaw (1989) e revisitado por Patrícia Hill Collins (2019).

“O que o movimento feminista das mulheres tem feito por mim?”

O movimento feminista contemporâneo, conforme aponta hooks (2015) foi construído a partir da ideia de que todas as mulheres viviam as mesmas realidades e tinham os mesmos problemas, limitações cotidianas, em especial após a publicação do livro “A mística feminina” de Betty Friedan no ano de 1963. Durante muito tempo a ideia de “opressão comum” foi sustentada dentro do movimento feminista branco. O termo foi utilizado para ignorar as múltiplas opressões que afetavam a maioria das mulheres,

reduzindo, assim, o problema a uma questão de classe e gênero. O feminismo “linha justa” era o reflexo do poder de um único grupo que construiu a teoria feminista branco-hegemônica, e que negava a participação de outras mulheres para pensar o feminismo (hooks, 2015). O fato é que “(...) essas mulheres negras nada viram de libertador em análises do tipo “linha justa” sobre a opressão das mulheres” (hooks, 2015, p. 203). Já que a prioridade das pautas estava ligada apenas aos interesses individuais de mulheres brancas, donas de casa, de classe média que tinham uma condição “privilegiada”, quando comparadas a maioria das mulheres que ainda buscavam por sobrevivência (hooks, 2015).

hooks (2019b), no livro “E eu não sou uma Mulher?”, explica o esforço das mulheres negras em crer numa verdadeira sororidade entre todas as mulheres dos EUA. Ela afirma:

Mulheres negras que participaram de grupos, palestras e reuniões de mulheres inicialmente confiaram na sinceridade de participantes brancas. Como defensoras negras dos direitos das mulheres do século XIX, elas presumiram que qualquer movimento de mulheres iria abordar questões relevantes para todas as mulheres e que racismo seria automaticamente citado como uma força que dividiu mulheres, que teria que ser levado em consideração para então surgir uma verdadeira sororidade, e também que nenhum movimento de mulheres revolucionário e radical poderia acontecer até que mulheres, como um grupo, estivessem reunidas em solidariedade política. Apesar de mulheres negras serem conscientes da prevalência do racismo de mulheres brancas, elas acreditaram que isso poderia ser confrontado e mudado. (hooks, 2019b, p. 237).

Entretanto, ao dialogarem com mulheres brancas descobriram que elas não estavam dispostas a romper com a opressão racista, mas que tinham objetivos relacionados a interesses próprios, como o de ocupar espaços de poder, não mudando assim a lógica de dominação supremacista branca (hooks, 2019b). Deste modo, o diálogo tornou-se um obstáculo dentro do movimento de libertação das mulheres, pois a inserção da pauta racial não era aceita pelas mulheres brancas, o que gerou a seguinte afirmação: “Não vão nos fazer sentir culpa.”. O que as mulheres negras esperavam eram “(...) gestos e ações conscientes, mostrando que liberacionistas brancas eram antirracistas e tentavam superar seu racismo” (hooks, 2019b, p. 238), não uma declaração de culpa. Neste momento ficou evidente de que as mulheres brancas acreditavam que o movimento feminista era delas, embora quisessem a participação das mulheres negras dentro de suas

regras. Por fim, as mulheres racializadas entenderam que não havia mais espaço para o diálogo e diante deste cenário, estabeleceu-se uma separação, que culminou com a formação de grupos de mulheres feministas Negras. Isso se deu a partir de uma declaração pública de uma feminista negra pelo Combahee River Collective (hooks, 2019b).

Essa polarização entre os grupos, demonstrou a dificuldade de conexão e de perspectivas em comum. O conflito entre mulheres negras e brancas não começa com o movimento de mulheres do século XX, mas sim durante o período da escravidão, que não alterou o status social hierárquico do homem branco, mas criou um novo status para a mulher branca. Mulheres brancas, para se reafirmarem como superiores diante de homens e mulheres negras, assumiam posições de poder e contavam com o aval de homens brancos, já que estes não deixavam de abandonar sua posição de dominação, o que não interferia em nada na estrutura patriarcal da sociedade. (hooks, 2019b).

Um episódio bastante significativo, foi relatado por Therese Funicello, na publicação de uma carta na revista *In These Times* de 1983. Ela conta que foi procurada por representantes de uma conferência sobre a Mulher Urbana e que eles precisavam de uma pessoa com determinadas “características”: que não fosse branca e nem negra, e poderia ser “bem agressiva”. Foi sugerido alguém de Porto Rico, que não tocasse em assuntos relacionados a política ou teoria, mas que focasse essencialmente no tema da palestra, que era - “O que o Movimento feminista das Mulheres Tem feito Por Mim?” (hooks, 2019c). Ao notar a manipulação do evento e a tentativa de mascarar práticas racistas realizadas pelas integrantes do movimento, Funicello, em protesto, liderou a invasão da conferência, junto às mulheres multirraciais (hooks, 2019c).

Isso nos mostra que muitas mulheres achavam que declarar irmandade seria suficiente para erradicar o racismo e agiam como “donas” do movimento. Enquanto isso, as mulheres negras eram tratadas como suas “convidadas”, ou seja, notava-se a ausência de transformação tanto na práxis, quanto na teoria. (hooks, 2019c). Em muitas partes do mundo, milhares de mulheres se perguntavam se “aquele feminismo” estava comprometido com elas? “Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres.” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

A ideia de “Opressão Comum” colocava, e por vezes ainda coloca, uma venda sobre os problemas enfrentados pelas mulheres multirraciais que lutavam, e ainda lutam, por sobrevivência e garantia de direitos básicos. Deste modo, novas formas de pensar teoricamente o feminismo foram e são construídas, principalmente no que se refere a análise conjunta das opressões, para além da categoria de gênero. Assim, buscamos sair do centro e ir na direção das margens nas discussões epistemológicas, o que nos dá a possibilidade de representar teoricamente e metodologicamente a vivência de todas as mulheres, especialmente as mulheres de cor. Segundo Cardoso (2014), “desloca mulheres e homens negras/os e indígenas da margem para o centro da investigação, fazendo-as/os sujeitos do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo” (CARDOSO, 2014, p.972).

O tensionamento da *Opressão Comum a Interseccionalidade* tem sido feito já há algum tempo. Mulheres como Sojourne Truth (1797-1883) e Lélia Gonzales (1935-1994), entre outras, já mencionavam em suas análises a relação existente entre racismo, sexismo, e classe como importantes constituintes da vivência das mulheres Negras. Tal processo foi fundamental para construção de uma epistemologia feminista negra fora da perspectiva “linha justa”. Veremos a seguir como isso aconteceu.

A interseccionalidade e o pensamento feminista negro

Patrícia Hill Collins (2019) identifica dois níveis de conhecimento que se estabelecem a partir da relação das mulheres negras acadêmicas com as mulheres da comunidade. O primeiro é o conhecimento naturalizado que se desenvolve a partir dos pensamentos e práticas cotidianas. São saberes compartilhados de maneira informal. O segundo, é um tipo de conhecimento especializado produzido por pesquisadoras e estudiosas, que podem ser conhecidas ou não, ser da classe média ou da classe trabalhadora, e ter ou não escolarização.

A teoria feminista, da forma como foi pensada por esta autora, facilita a manifestação e formação do conhecimento produzido por mulheres negras, pois valoriza a oralidade, poesia, emoção na escrita (COLLINS, 2019). O encontro do conhecimento naturalizado e especializado desenvolvido por mulheres negras, configura o que Collins

(2019) chamou de relação dialógica. Desta forma, é importante lembrar como o pensamento feminista negro foi construído e que a vivência e a troca de diferentes saberes serve como base para a produção deste conhecimento.

Sojourner Truth (1797-1883) é um exemplo disso. Seu nome significa “Visita da Verdade”, pois, de fato, ela buscava uma verdade. Verdade, a qual muitos não estavam prontos para ouvir e aceitar, limitando qualquer chance de relação e diálogo. Sua presença na segunda Convenção pelos Direitos das mulheres, em Akron, Ohio, em 1852, foi recebida por protestos e gritos: “Não a deixem falar! Não a deixem falar! Não a deixem falar!” (hooks, 2019b, p. 252). Ainda assim, ela proferiu um discurso colocou a seguinte pergunta, que ecoa até hoje: “E não sou eu uma mulher?”. Sua experiência refutava o mito do sexo frágil de que mulheres não poderiam trabalhar como os homens. Ademais, ela reivindicou a categoria gênero como parte da sua identidade, afirmando que, também, era mulher tal qual as mulheres brancas eram consideradas (hooks, 2019b). Truth num único discurso gerou muitas reflexões. Uma delas revela o quanto a mulheridade negra era atravessada por diversas categorias analíticas, as quais a inseriam em um lugar de submissão e desumanização.

No contexto brasileiro, as mulheres negras tiveram que demarcar suas diferenças para que houvesse mudanças, sobretudo no âmbito político e teórico. Assim, se inseriu novos marcadores identitários somando-se à questão de gênero, como raça e desigualdade intragênero.

A intelectual negra e brasileira Lélia Gonzales propôs a amefricanização do feminismo, através da crítica à ciência moderna que se colocava como dominante e enaltecia o universal-branco na construção do saber, cujo conhecimento era permeado pelo racismo (CARDOSO, 2014). Por amefricanidade, entende-se “à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial” (CARDOSO, 2014.p. 971).

Em um sentido semelhante, Sueli Carneiro (2003), filósofa, escritora e militante do movimento social negro brasileiro, questionou o privilégio da análise de gênero sob outras categorias e a insuficiência desta para entender a experiência da mulher negra na sociedade brasileira “(...) o que vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo” (CARNEIRO, 2003, p. 118). E a notória necessidade de enegrecer o feminismo brasileiro, criando uma agenda específica que combata simultaneamente as

desigualdades de gênero e intragênero, visibilizando a perspectiva feminista negra que emerge exclusivamente da condição de mulher, negra, em geral pobre e que apontando para o papel da luta antirracista (CARNEIRO, 2003, p.118).

As pautas reivindicadas pelo movimento de mulheres negras no Brasil, eram relacionadas ao mercado de trabalho, violência, saúde e meios de comunicação, e os estereótipos da mulher negra brasileira evidenciavam o racismo mascarado pela democracia racial, que repercutiu na baixa escolaridade e na continuidade destas em trabalhos precarizados (CARNEIRO, 2003).

Lélia Gonzales (1982), no escrito “A Mulher na Sociedade Brasileira”, afirma que “ser negra e mulher no Brasil, (...) é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”. Em relação ao mercado de trabalho, “de modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata” (GONZALES, 1982, p. 98). Sobre isso, Angela Davis (2016) descreveu no seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, relatos da situação da mulher negra no contexto escravista norte-americano, o qual se assemelha também a forma como as mulheres negras brasileiras são vistas.

O termo *imagens de controle*, elaborado por Patrícia Hill Collins (2019), nos ajuda a pensar sobre a forma como olhamos e definimos as mulheres negras, pois, segundo a autora, tais imagens foram socializadas para a manutenção da subordinação das mesmas. Os estereótipos sobre a função das mulheres negras como cuidadoras (matriarcas/mammy) ou profissionais do sexo (mulata do carnaval /reprodutoras/Jesebel/hoochie) fazem parte dos diferentes momentos históricos do nosso país e influenciam até hoje a vida destas mulheres, as desafiando a romper com a estrutura racista, sexista e classista do modelo escravocrata e pós colonial. Um exemplo disso, é o papel da mulher negra descrita como “mamy” do filho dos senhores que, ao mesmo tempo em que era assediada sexualmente, também era responsável por manter a mão de obra escrava que a impedia de criar seus próprios filhos, uma vez que, mulheres escravizadas eram classificadas como reprodutoras e não como “mães”, assim, suas crianças vendidas e enviadas para longe, tal como “bezerros separados das vacas” (DAVIS, 2016.p. 19-20).

Assim sendo, mulheres negras precisaram se organizar “para deixarem de ser

constituídas como objetos e pensarem-se enquanto sujeitos, tiveram que tomar a palavra, recuperar a voz e gerar um novo discurso. Definitivamente, criar uma nova epistemologia” (VELASCO, 2019, p.94). Sobre isso a pensadora feminista latino-americana Maria Lugones (2014) escreve sobre o seu processo:

Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva. A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. (LUGONES, 2014, p.939-940).

A autora compreende que a modernidade divide o mundo subjetivamente em categorias fixas, dicotômicas, hierárquicas e homogêneas, e, portanto, a crítica realizada pelas mulheres negras deve focar na interseccionalidade. A autora afirma que “diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial.” (LUGONES, 2014, p. 939)

Collins (2019), nesse sentido, ressalta a importância da autodefinição para que mulheres negras possam se empoderar através do momento em que elas falam por si mesmas, e criam suas próprias pautas. Assim, “O feminismo negro não pode fazer frente às opressões interseccionais sem empoderar as afro-americanas” (COLLINS, 2019, p. 83).

Em relação à interseccionalidade, a professora, jornalista e ativista Ida Wells (1862-1931), dedicou-se à pesquisa sobre abuso sexual e linchamento. Ela acreditava na existência de incongruências no tratamento dado nos casos de estupro. A violência praticada por homens brancos contra mulheres negras era naturalizada, enquanto qualquer aproximação ou contato entre homens negros e mulheres brancas era motivo para o linchamento (VELASCO, 2019). Assim, “Wells introduziu um dos temas que seria central no feminismo negro: a forma como a interseccionalidade entre “raça” e gênero constrói de maneira desigual a sexualidade da população branca e da população negra” (VELASCO, 2019, p. 93).

Mais tarde, a intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989) conceitua o termo discutido por Wells e abre espaço para pensar a interseccionalidade como

fundamental à teoria feminista negra. Para a autora, capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos é fundamental para compreender como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe, além de outros possíveis sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições de mulheres. Além disso, a interseccionalidade compreende a forma como as ações políticas específicas geram opressões que são operacionalizadas em cada um desses eixos e constitui aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Ao pensar sobre esse tema, Collins (2019, p.63) nos lembra que “se não existissem as opressões interseccionais, o pensamento feminista negro e os conhecimentos de resistência afins seriam desnecessários”. Logo “o pensamento feminista negro como teoria social crítica busca contribuir para a luta das afro-americanas contra as opressões interseccionais” (COLLINS, 2019, p.79). Sobretudo, porque engloba em sua teoria questões importantes para as mulheres negras, que compõem diferentes grupos os quais enfrentam de forma variada diferentes situações de injustiça. Portanto, “o que torna a teoria social crítica é seu compromisso com a justiça, para o próprio grupo e para outros” (COLLINS, 2019, p.77). Deste modo, “em um contexto de opressões interseccionais, o feminismo negro exige que busquemos justiça não apenas para as afro-americanas, mas para todo mundo.” (COLLINS, 2019, p.94).

Segundo a escritora e feminista negra Carla Akotirene (2019), o “projeto feminista negro, desde sua fundação trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global”. A autora afirma que “o feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (AKOTIRENE, 2019, p. 22-23). Assim, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe e de gênero, fazendo com que estes estejam no mesmo patamar de investigação.

Visto que a experiência de mulheres racializadas é atravessada pelo gênero, pela idade, pela orientação sexual, território a qual essa mulher pertence, e todas essas questões, definem a forma como essa mulher se colocará nos espaços públicos e privados, portanto, não podemos escolher qual categoria que nos permeia mais, mas analisá-las de maneira conjunta.

Notas finais e um manifesto em primeira pessoa

A história do movimento feminista nos lembra que mulheres brancas burguesas se abstiveram em reconhecer as diferenças entre elas e outros grupos de mulheres também oprimidas, tornando difícil a existência de um movimento feminista unificado. As mulheres de cor, por sua vez, não aceitaram que as suas condições e suas realidades fossem deixadas de lado e, a partir de suas vozes, é que surge o que hoje denominamos de feminismo negro. Tal perspectiva discute de forma mais ampla as opressões e salienta a importância de todas as mulheres e homens se libertarem do sistema colonial.

Mulheres negras em diáspora e em diferentes partes do mundo, como nos EUA e na América Latina, tiveram e têm que lutar para que suas perspectivas teóricas e metodológicas fossem e sejam reconhecidas. O questionamento sobre a ideia de opressão comum abriu espaço para a problematização das teorias dominantes propostas por grupos “privilegiados” de mulheres que insistiam no marcador gênero como única categoria identitária para discutir as demandas de todas as mulheres. Uma nova epistemologia e teoria feminista negra foram construídas, pautadas nas experiências das mulheres de cor e na análise dos diversos atravessamentos que constituem essas identidades, o que confere uma atitude decolonial acerca do gênero, do saber, do ser e do poder, movimentando assim, as estruturas enrijecidas da academia branco-hegemônica. Assim, o pensamento feminista negro surgiu para propor mudanças radicais e significativas, não somente para as mulheres negras, mas para todas/os aquelas/es que historicamente foram violentados e silenciados em suas subjetividades e perspectivas. O conceito de interseccionalidade, portanto, serve como um instrumento analítico para pensar metodologicamente e experiencialmente a realidade das mulheres racializadas, bem como de outras identidades situadas à margem.

Nesse sentido, embora nossas realidades sejam diferentes, nossos compromissos se somam. Enquanto mulheres brancas buscamos reconhecer e nos somar a luta antirracista e enquanto mulher negra continuo usando a escrita como forma de (re)existência e desobediência epistemológica. Assim, todas erguemos a voz e fazemos eco ao o que é aqui manifesto:

“Não estou aqui para provar nada a vocês, mas para mim mesma. Eu faço isso

com toda a gentileza, recuperando o fôlego a cada morte negra. Às vezes, eu só preciso respirar; às vezes, eu não estou aqui; às vezes, eu estou em outro lugar, enxugando as lágrimas de minhas irmãs; às vezes, comemorando suas conquistas. Nem sempre eu estou aqui. Vocês podem interpretar minha dispersão como pouco acadêmica, “ela não sabe ser pesquisadora”, “ela não sabe escrever bem”, “ela não leu os grandes autores branco-ocidentais”, “veja que desqualificada, ela não entende o que eu escrevo, que menina burra”. Não estou aqui para provar nada a vocês. Peço desculpas, se eu estou sendo pouco gentil. Mas pensem que ser uma mulher negra num doutorado, com tantos colegas brancos, me faz lembrar todo tempo que este não é o meu lugar ou de que eu devo conquistá-lo todos os dias. Às vezes, tudo o que eu quero é não estar ali, porque estou construindo a pesquisa sentindo, mais do que racionalizando. Estão nos matando! Não quero mais provar nada a vocês, cansei... É aterrorizante para mim ouvir a palavra besta ser repetida, tantas e tantas vezes: BUM! Gatilhos, violência. O mundo está cruelmente bizarro, eu prefiro os não sábios, os não acadêmicos, eu prefiro uma outra forma de enxergar e fazer pesquisa. O doutorado pode ser meu espaço?”

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Tradução de Édina de Marco. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 232, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black**

feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas** (1). p. 177-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira (uma abordagem político-econômica), in: Madel T. Luz: **O Lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 87-107, 1982.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16. Brasília, p. 193-210, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Editora Elefante, 2019a.

hooks, bell. **Não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo**. 1° ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

hooks, bell. **Teoria Feminista: Da Margem Ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019c.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

VELASCO, M. J. Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 89-114, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.4670>